

RELATÓRIO DE ATIVIDADES (Relatório de Gestão)

Ano de 2015

1. Introdução

A Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) prosseguiu, em 2015, as suas atividades correntes, estando estabilizados os procedimentos de avaliação e acreditação até ao termo do primeiro ciclo de acreditações regulares, a concluir em 2016. Também estão em funcionamento regular os processos de certificação dos sistemas internos de garantia da qualidade e o sistema para seleção dos alunos para participação como membros das Comissões de Avaliação Externa.

Foram analisadas as alterações aos *European Standards and Guidelines*, por forma a adaptar os procedimentos da A3ES às novas regras, quer no que respeita aos procedimentos de avaliação/acreditação, quer no que respeita aos sistemas internos de garantia da qualidade.

A Agência iniciou o planeamento da nova fase de avaliação/acreditação a iniciar em 2017, a qual incluirá um sistema simplificado para as instituições que se salientaram pela sua qualidade no ciclo de avaliações que se concluirá em 2016 e a introdução dos sistema de avaliação/acreditação institucional

No âmbito dos processos de internacionalização, a Agência concluiu a elaboração de dois manuscritos que serão publicados como livros da Palgrave-Macmillan em 2016 (maio/junho), versando um deles as apresentações da segunda conferência do ciclo bienal sobre questões de avaliação, a qual incidiu sobre a oferta de cursos no estrangeiro e as consequências da Diretiva Europeia de Serviços. O segundo livro é dedicado a uma análise da implementação do processo de Bolonha com incidência no caso de Portugal. Entretanto, foi iniciada a preparação da Conferência a realizar em 2016.

Foi dada continuidade à atividade de investigação e desenvolvimento e às publicações da Agência, tendo sido publicados os livros *“Importância do Grau de Implementação dos Referenciais da A3ES nas instituições de ensino superior portuguesas”* e *“Jurisprudência do Conselho de Revisão da A3ES”*, bem como os três primeiros números dos relatórios síntese das áreas científicas já avaliadas.

2. A ACREDITAÇÃO PRÉVIA DE NOVOS CICLOS DE ESTUDOS

No processo de apresentação dos pedidos de acreditação de novos ciclos de estudos para o ano letivo 2016/2017 foram submetidos 225 novos pedidos (ver Tabela 1), o que representa um aumento de 40% em relação ao período anterior e é mesmo o valor mais baixo desde que se iniciou este processo em 2009. É interessante verificar que esta diminuição ocorreu apesar de nova legislação permitir, pela primeira vez, apresentação de propostas de ciclos de estudos de medicina não tradicionais (Acupuntura, Fitoterapia, Naturopatia e Osteopatia). Na verdade foram apresentadas 16 propostas de novos ciclos de estudos nesta área – 10 de Osteopatia e 2 em cada uma das outras especialidades. Estas propostas foram todas recusadas liminarmente (corpo docente não adequado) excepto 5

licenciaturas de Osteopatia que estão a ser analisadas por uma comissão de especialistas.

Tabela 1 – Evolução do número de pedidos de acreditação prévia

ACREDITAÇÃO PRÉVIA DE NOVOS CICLOS DE ESTUDOS (NCE)	NCE 2015	NCE 2014	NCE 2013	NCE 2012	NCE 2011	NCE 2010	NCE 2009
Apresentações preliminares de NCE		448	250	356	388	577	459
Pedidos de acreditação prévia de NCE	225	375	234	259	294	432	328
Ensino Universitário		220	127	169	184	266	204
Ensino universitário público		154	56	73	120	163	120
Associação entre instituições			6	13	2	8	8
Ensino universitário privado		64	67	92	61	100	81
Associação entre instituições		6	3	0	1	6	6
Associações I.Univ. públicas e privadas		2	4	4	3	3	3
Ensino Politécnico		155	107	90	110	166	124
Ensino politécnico público		112	68	68	81	109	85
Associações entre instituições		2	2	4	4	7	0
Ensino politécnico privado		42	38	20	25	49	36
Associações entre instituições		4	0	2	0	4	0
Associação I. Univ. e Pol. públicas		1	0	1	2	6	2
Associação I. Univ. e Pol. privadas		0	0	1	1	2	1
Associação I. U. públicas e P. privadas		0	0	0	1	0	0
Associação I. U. privadas e P. públicas		0	1	0	0	0	0
Pedidos ciclos de estudos de Licenciado		92	104	86	72	71	45
Ensino universitário público		30	13	6	21	12	6
Ensino Universitário privado		12	23	30	20	21	15
Ensino politécnico público		36	38	37	19	23	14
Ensino politécnico privado		14	30	13	11	15	10
Associação I. publico e privado		0	0	0	1	0	0
Pedidos de ciclos de estudos de Mestrado		238	93	122	200	281	227
Ensino universitário público		95	28	44	82	97	69
Ensino Universitário privado		36	24	40	37	58	55
Ensino politécnico público		76	30	31	62	84	71
Ensino politécnico privado		25	8	6	14	33	27
Associação U. e P. privado		3	1	1	1	2	2
Associação U. e P. público		2	0	0	2	6	0
Associação universitário público e privado		0	1	0	1	1	3
Associação U. público e P. privado		1	0	0	1	0	0
Associação U. privado e P. público		0	1	0	0	0	0
Pedidos de Mestrados Integrados		4	3	8			
Ensino universitário público		4	1	1			
Ensino Universitário privado		0	2	7			
Pedidos de Doutoramento		41	34	43	22	79	56
Ensino universitário público		24	14	23	17	59	45
Ensino universitário privado		16	18	16	4	20	11
Associação universitário público e privado		1	2	4	1	0	0

Os pedidos de acreditação prévia de novos ciclos de estudos a iniciar no ano lectivo 2015/16, em numero de 375, foram analisados com os seguintes resultados (Tabela 2):

Tabela 2 – Resultados da acreditação de novos ciclos de estudos, 2015/16

<p>Processos submetidos: 375</p> <p>Com decisão do CA:</p> <p>Favorável:</p> <p>Favorável com condições:</p> <p>Desfavorável:</p> <p>Decisões contrárias às CAEs:</p> <p>A favor da IES:</p> <p>Em desfavor da IES:</p> <p>Recursos: 6</p> <p>Ensino Universitário:</p> <p>Com decisão do CA:</p> <p>Favorável:</p> <p>Favorável com condições:</p> <p>Desfavorável:</p> <p>Decisões contrárias às CAEs:</p> <p>A favor da IES:</p> <p>Em desfavor da IES:</p> <p>Ensino Politécnico:</p> <p>Com decisão do CA:</p> <p>Favorável:</p> <p>Favorável com condições:</p> <p>Desfavorável:</p> <p>Decisões contrárias às CAEs:</p> <p>A favor da IES:</p> <p>Em desfavor da IES:</p>

3. O CICLO REGULAR DE ACREDITAÇÕES

O primeiro ciclo regular de avaliação/acreditação de ciclos de estudos, abrangendo todos os ciclos de estudos que obtiveram acreditação preliminar, iniciado em 2011/2012, termina no corrente ano 2015/16. Seguir-se-á, em dezembro próximo, o exercício de reconstituição da base de dados.

O número inicial de ciclos de estudos com acreditação preliminar foi de 3 613, mas entretanto as instituições têm vindo a ajustar a sua oferta formativa, tendo descontinuado, por sua iniciativa, 910 desses cursos, a maioria antes de os submeter ao processo de avaliação mas em alguns casos após a respetiva avaliação e acreditação. Por sua vez, 38 programas de doutoramento avaliados no

âmbito de um concurso da FCT foram considerados como avaliados/acreditados, sendo dispensados do corrente processo de avaliação.

A distribuição dos ciclos de estudos abrangidos pelo ciclo regular de avaliação/acreditação por cada um dos anos do ciclo é discriminada na Tabela 3.

Tabela 3 – Distribuição anual da acreditação regular dos ciclos de estudos*

Ano	1.º ciclo	M. Integrados	2.º ciclo	3.º ciclo	Total
2011/2012	259	10	223	34	526
2012/2013	262	26	265	86	639
2013/2014	169	34	280	111	594
2014/2015	266	6	238	43	553
2015/2016	119	50	171	94	434
Total	1 075	126	1 177	368	2 746

* - Dados referentes a 1 de Janeiro de 2016.

A realização do ciclo regular de avaliações/acreditações foi efetuada por área de formação, por forma a incluir numa só visita a cada instituição todos os ciclos de estudos de uma determinada área, de modo a reduzir os custos da operação, embora um número reduzido de áreas se tenha desdobrado por dois anos sucessivos devido ao número de ciclos de estudos envolvidos. As áreas abrangidas nos cinco anos do ciclo e o número de ciclos de estudos submetidos a avaliação em cada uma dessas áreas estão indicados nas Tabelas 4 a 8.

Tabela 4 – Áreas de formação abrangidas no 1º ano do ciclo regular de avaliação/acreditação (2011/2012)

Área de formação	1.º ciclo	M. Integr.	2.º ciclo	3.º ciclo	Total
Formação de Educadores de Infância e de Professores do Ensino Básico (1º e 2º Ciclos)	18		20		38
Psicologia	22	5	47	10	84
Marketing e Publicidade, Ensino Politécnico	22		11		33
Marketing e Publicidade, Ensino Universitário	10		14	1	25
Contabilidade e Fiscalidade	26		23	1	50
Gestão e Administração, Ensino Politécnico	24		11		35
Gestão e Administração, Ensino Universitário	20		27	4	51
Engenharia Civil, Ensino Politécnico	20		10		30
Engenharia Civil, Ensino Universitário	4	5	8	8	25
Trabalho Social	24		11	2	37
Hotelaria, Turismo e Lazer, Ensino Politécnico	40		9		49
Hotelaria, Turismo e Lazer, Ens. Universitário	5		6	2	13
Desporto, Ensino Politécnico	17		4		21
Desporto, Ensino Universitário	7		22	6	35

Total	259	10	223	34	526
-------	-----	----	-----	----	-----

* - Dados referentes a 1 de Janeiro de 2015.

Tabela 5 – Áreas de formação abrangidas no 2º ano do ciclo regular de avaliação/acreditação (2012/2013)

Área de formação	1.º ciclo	M. Integr.	2.º ciclo	3.º ciclo	Total
Formação de Educadores de Infância e de Professores do Ensino Básico (1º e 2º Ciclos)	14		40		54
História e Arqueologia	17		33	18	68
Ciência Política e Cidadania	17		21	13	51
Comunicação	26		13	4	43
Finanças, Banca e Seguros	8		14	1	23
Administração Pública	5		5	1	11
Gestão e Administração, Ensino Politécnico	24		5		29
Gestão e Administração, Ensino Universitário	24		29	6	59
Direito	15		21	9	45
Estudos Jurídicos Aplicados	7		1		8
Informática e Eng. Informática, Politécnico	34		15		49
Informática e Eng. Informática, Universitário	34	3	34	16	87
Eletrotecnia, Electrónica e Automação, Ensino Politécnico	24		13		37
Eletrotecnia, Electrónica e Automação, Ensino Universitário	12	9	16	9	46
Arquitetura e Urbanismo	1	14	5	9	29
Total	262	26	265	86	639

* - Dados referentes a 1 de Janeiro de 2015.

Tabela 6 – Áreas de formação abrangidas no 3º ano do ciclo regular de avaliação/acreditação (2013/2014)

Área de formação	1.º ciclo	M. Integr.	2.º ciclo	3.º ciclo	Total
Formação de Professores do 3º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário	0		69		69
Sociologia e Outros Estudos	25		32	19	76
Economia	19		35	9	63
Biblioteconomia, Arquivo e Documentação	5		5	1	11
Bioquímica e Biotecnologia, Ens. Universitário	21	5	19	12	57
Ambiente e Eng. do Ambiente, Politécnico	7		8	0	15
Ambiente e Eng. do Ambiente, Universitário	8	5	19	8	40
Química	6		12	9	27
Matemática e Estatística	15		18	17	50
Engenharia Mecânica, Ensino Politécnico	17		11		28
Engenharia Mecânica, Ensino Universitário	4	6	2	7	19
Eng. Química e Biotecnologia, Politécnico	11		6		17
Eng. Química, Ensino Universitário	1	4	5	3	13
Engenharia Aeronáutica e Aeroespacial	0	1	0	2	3
Engenharia Naval	1		1	1	3
Engenharia Biomédica	5	5	5	6	21
Engenharia e Gestão Industrial	14	3	14	5	36
Indústrias Alimentares	8		15	2	25
Engenharia Têxtil e Engenharia de Materiais	2	5	4	10	21
Total	169	34	280	111	594

* - Dados referentes a 1 de Janeiro de 2015.

Tabela 7 – Áreas de formação abrangidas no 4º ano do ciclo regular de avaliação/acreditação (2014/2015)

Área de formação	1.º ciclo	M. Integr.	2.º ciclo	3.º ciclo	Total
Ciências da Educação, Ensino Politécnico	10		33		43
Ciências da Educação, Ensino Universitário	8		42	11	61
Artes do Espetáculo	44		12	2	58
Audiovisuais e Artesanato	17		13	1	31
Produção dos Media e Multimédia, Politécnico	20		5		25
Produção dos Media e Multimédia, Universitário	15		9	0	24
Design	27		23	2	52
Culturas, Línguas e Literaturas Estrangeiras	22		21	4	47
Línguas e Secretariado	8		2		10
Biologia	17		28	12	57
Agricultura, Silvicultura e Pescas, Politécnico	10		9		19
Agricultura, Silvicultura e Pescas, Universitário	15		20	7	42
Ciências Veterinárias	4	6		3	13
Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica	12		11		23
Terapia e Reabilitação	29		7		36
Nutrição	8		3	1	12
Total	266	6	238	43	553

* - Dados referentes a 1 de Janeiro de 2015.

Tabela 8 – Áreas de formação abrangidas no 5º ano do ciclo regular de avaliação/acreditação (2015/2016)

Área de formação	1.º ciclo	M. Integr.	2.º ciclo	3.º ciclo	Total
Artes / Belas Artes	23		19	7	49
Língua e Literatura Materna	9		15	11	35
Filosofia e Teologia	8	3	14	13	38
Geografia	4		11	5	20
Física e Engenharia Física	4	4	8	14	30
Ciências da Terra e Indústrias Extrativas	15		26	14	55
Ciências da Saúde	5	7	26	20	58
Enfermagem	29		26	2	57
Ciências Dentárias	4	6	4	2	16
Ciências Farmacêuticas	9	9	7	2	27
Gerontologia	3		5		8
Pilotagem	1		1		2
Serviços de Saúde Pública	3		6	4	13
Ciências Militares, Policiais e Segurança Interna	2	21	3		26
Total	119	50	171	94	434

* - Dados referentes a 1 de Janeiro de 2016.

Nas Tabelas 9 a 12 indicam-se o ponto de situação e resultados das avaliações relativas de 2011/2012 a 2014/2015, respetivamente. Os relatórios de autoavaliação relativos ao quinto e último ano de avaliações foram submetidos na plataforma eletrónica até 28 de dezembro de 2015.

Tabela 9 – Acreditação de ciclos de estudos em funcionamento, 2011/2012

Processos submetidos: 527
Com decisão do CA: 518
Favorável: 251
Favorável com condições: 221
Desfavorável: 46
Decisões contrárias às CAEs: 48
A favor da IES: 7
Em desfavor da IES: 41
Para decisão do CA: 1
Sem relatório final: 8
Recursos: 9
Ensino Universitário: 274
Com decisão do CA: 266
Favorável: 138
Favorável com condições: 102
Desfavorável: 26
Decisões contrárias às CAEs: 12
A favor da IES: 1
Em desfavor da IES: 11
Ensino Politécnico: 253
Com decisão do CA: 252
Favorável: 113
Favorável com condições: 119
Desfavorável: 20
Decisões contrárias às CAEs: 36
A favor da IES: 6
Em desfavor da IES: 30

Dados referentes a 1 de Janeiro de 2016.

Tabela 10 – Acreditação de ciclos de estudos em funcionamento, 2012/2013

Processos submetidos: 647
Com decisão do CA: 569
Favorável: 365
Favorável com condições: 191
Desfavorável: 23
Decisões contrárias às CAEs: 58
A favor da IES: 22
Em desfavor da IES: 36
Para decisão do CA: 7
Sem relatório final: 71
Recursos: 5
Ensino Universitário: 452
Com decisão do CA: 414
Favorável: 238
Favorável com condições: 113
Desfavorável: 13
Decisões contrárias às CAEs: 34
A favor da IES: 10
Em desfavor da IES: 24
Ensino Politécnico: 195
Com decisão do CA: 155
Favorável: 67
Favorável com condições: 78
Desfavorável: 10
Decisões contrárias às CAEs: 24
A favor da IES: 12
Em desfavor da IES: 12

Dados referentes a 1 de Janeiro de 2016.

Tabela 11 – Acreditação de ciclos de estudos em funcionamento, 2013/2014

Processos submetidos: 614 Com decisão do CA: 68 Favorável: 52 Favorável com condições: 13 Desfavorável: 3 Decisões contrárias às CAEs: 6 A favor da IES: 4 Em desfavor da IES: 2 Para decisão do CA: 3 Sem relatório final: 543 Recursos: 0
Ensino Universitário: 524 Com decisão do CA: 23 Favorável: 18 Favorável com condições: 3 Desfavorável: 2 Decisões contrárias às CAEs: 0 A favor da IES: 0 Em desfavor da IES: 0
Ensino Politécnico: 90 Com decisão do CA: 45 Favorável: 34 Favorável com condições: 10 Desfavorável: 1 Decisões contrárias às CAEs: 6 A favor da IES: 4 Em desfavor da IES: 2

Dados referentes a 1 de Janeiro de 2016.

Tabela 12 – Acreditação de ciclos de estudos em funcionamento, 2014/2015

Processos submetidos: Com decisão do CA: Favorável: Favorável com condições: Desfavorável: Decisões contrárias às CAEs: A favor da IES: Em desfavor da IES: Para decisão do CA: Sem relatório final: Recursos:
Ensino Universitário: Com decisão do CA: Favorável: Favorável com condições: Desfavorável: Decisões contrárias às CAEs: A favor da IES: Em desfavor da IES:
Ensino Politécnico: Com decisão do CA: Favorável: Favorável com condições: Desfavorável: Decisões contrárias às CAEs: A favor da IES: Em desfavor da IES:

Dados referentes a 1 de Janeiro de 2016.

4. O FOLLOW-UP DAS ACREDITAÇÕES CONDICIONAIS

Em caso de acreditação condicional de um ciclo de estudos a instituição de ensino superior é solicitada a apresentar um relatório de *follow-up* em que evidencie o cumprimento das condições fixadas no ato de acreditação. De acordo com os procedimentos em curso, a Agência alerta individualmente as instituições, com cerca de dois meses de antecedência, para a necessidade de submissão dos relatórios de *follow-up* até ao final do mês que antecede o termo do período de acreditação.

O número de ciclos de estudo com acreditação condicional vencida no ano transato aumentou substancialmente em relação aos anos anteriores, tendo sido tratados, em 2015, 368 processos de *follow-up* (49 novos ciclos de estudos e 319 ciclos de estudos em funcionamento) com os seguintes resultados: 224 ciclos de estudos acreditados sem condições; 104 ciclos de estudos com prorrogação da acreditação condicional; 38 ciclos de estudos em que a acreditação foi cancelada (descontinuados pela instituição ou com decisão de acreditação negativa); 2 processos em análise.

5. A CERTIFICAÇÃO DE SISTEMAS INTERNOS DE GARANTIA DA QUALIDADE

Na sequência de um exercício experimental de aplicação do processo de auditoria, realizado em 2012, o processo de auditoria ficou aberto a todas as instituições de ensino superior interessadas, que são convidadas a manifestar, em novembro de cada ano, o seu interesse em participar no exercício de auditoria do ano seguinte.

Em novembro de 2014 foi dirigido novo convite às instituições de ensino superior interessadas para participação no processo de auditoria. Sete instituições manifestaram interesse em participar, que foram aceites por cumprirem os pré-requisitos necessários. Três instituições desistiram, entretanto, do processo e as restantes 4 submeteram os respetivos relatórios de autoavaliação até 31 de março de 2015. Com vista a apoiar as instituições participantes organizou-se um Workshop destinado a clarificar os procedimentos associados ao processo, que teve lugar na Sede da Agência no dia 21 de janeiro de 2015. As auditorias, que envolveram visita a cada uma das instituições, decorreram entre finais de junho e novembro, encontrando-se presentemente concluídos.

Complementarmente, manteve-se a disponibilidade da Agência para colaborar em iniciativas das instituições de ensino superior destinadas a mobilizar as comunidades académicas para uma participação ativa nas questões da garantia e promoção da qualidade.

Em novembro de 2015 foi aberto novo período para declaração de interesse de participação no processo de auditoria, tendo sido recebidas seis candidaturas, das quais foram selecionadas cinco por cumprirem o requisito de disporem de um

manual da qualidade, ou documento equivalente, formalmente aprovado e com um mínimo de um ano de aplicação efetiva.

A tabela seguinte ilustra o número de processos submetidos a auditoria em cada um dos exercícios efetuados e os respetivos resultados.

	2012 Experimental	2013	2014	2015	2016
Candidaturas	14	4	9	7	6
Candidaturas aceites	5	4	6	7	5
Processos submetidos	5	2	5	4	
Certificação por 6 anos	3		1	1	
Certificação condicional	2	2	4	1	
Não certificação				2	

6. AÇÕES DE PREPARAÇÃO/APERFEIÇOAMENTO DOS MEMBROS DAS CAEs

Tendo em vista a sua melhor preparação para as tarefas da avaliação/acreditação, designadamente no que se refere ao conhecimento do quadro normativo aplicável, da conduta e dos procedimentos a adotar, e do funcionamento da plataforma eletrónica através da qual se desenvolvem os processos de avaliação/acreditação, a Agência organizou, em 2015, cinco ações de preparação/aperfeiçoamento destinados a novos membros das Comissões de Avaliação Externa. Essas ações tiveram lugar em Lisboa (a 13 de março, 13 de abril, 2 de julho e 29 de setembro) e no Porto (a 8 de junho).

7. A PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES NA ACREDITAÇÃO

Na sequência do exercício experimental de participação de estudantes nas Comissões de Avaliação Externa, realizado em 2011/12, a Agência passou a repetir, anualmente, um concurso de recrutamento. Após a seleção das candidaturas que se inserem nas áreas de formação a avaliar no ano em causa os estudantes são convidados a participar numa ação de formação de um dia e a apresentarem um trabalho de cerca de dez páginas sobre um dos temas tratados na sessão. A evolução do número de candidaturas apresentadas, candidaturas aceites, participação nas sessões, apresentação de trabalho e aceitação para inclusão na bolsa de estudantes-avaliadores é apresentada na tabela seguinte.

	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	Total
Candidatos	222 ⁽¹⁾	174	676 ⁽²⁾	441	1.513
Aceites para formação	58	148	409	292	907
Presenças na formação	39	93	212	162	506
Trabalhos entregues	25	60	200	127	412
Aceites	18	48	174	113	353

(1) Neste concurso não houve especificação prévia de áreas, por não estarem ainda definidas.

(2) Em 2013/2014 foi efetuada uma reabertura do concurso, por insuficiência de candidatos no 1º prazo de candidatura.

O processo de recrutamento foi reaberto em setembro de 2015, para seleção de estudantes a integrar as CAE nas avaliações de 2015/2016. Foram recebidas 661 candidaturas, das quais apenas 350 eram elegíveis. Realizaram-se sessões de formação no Porto, em Lisboa e em Coimbra nos dias 4, 6 e 15 de janeiro de 2016, respetivamente, nas quais participou um total de 187 estudantes. O prazo para apresentação do trabalho de avaliação decorreu até 15 de fevereiro de 2016. Foram entregues 127 trabalhos, dos quais foram aceites 114.

As Comissões de Auditoria dos Sistemas Internos de Garantia da Qualidade têm integrado sempre um estudante. Nas auditorias efetuadas em 2015 contou-se com a participação de dois estudantes com experiência de avaliação do ensino superior a nível europeu, no âmbito da ESU.

8. A GARANTIA INTERNA DA QUALIDADE NA A3ES

A garantia da qualidade no desempenho das suas funções é assumida pela Agência como um valor essencial para assegurar a credibilidade da sua atuação e a confiança nela depositada pelas partes interessadas, nomeadamente instituições de ensino superior, estudantes, poder político e sociedade em geral.

No âmbito dessa preocupação, foram tomadas em 2015 as seguintes iniciativas relativas à definição da política para a qualidade e à correspondente implementação de procedimentos de garantia interna da qualidade:

- Obtenção de *feedback* externo, quer através de contacto direto com as diferentes partes interessadas, quer pela recolha sistemática de comentários e sugestões das instituições de ensino superior e dos membros das Comissões de Avaliação Externa através da aplicação de inquéritos (em 2015 foi aplicado um inquérito relativo ao processo de auditoria de sistemas internos de garantia da qualidade do ano precedente);
- Auscultação do Conselho Consultivo, nos termos previstos nos Estatutos da Agência;
- Auscultação do Conselho Científico, de composição internacional;

- Obtenção de *feedback* interno formal e informal, designadamente a partir de inquérito e de uma reunião do Conselho de Administração com os gestores de procedimentos;
- Tratamento da informação recolhida e adoção de medidas de melhoria quando necessário;
- Realização de cinco sessões de formação destinadas a membros das Comissões de Avaliação Externa;
- Realização de três sessões de formação de estudantes para participação como membros de CAE.

9. AS ALTERAÇÕES DO SISTEMA

O sistema de ensino superior Português está a atravessar um ciclo de grandes alterações devido a uma multiplicidade de causas em que se inclui a ação da A3ES, a competição por alunos e as dificuldades económicas. Para além de uma enorme reorganização da oferta educativa verificam-se, também, alterações ao nível institucional de que se destacam:

Encerramentos

- 1) Instituto Superior de Espinho
- 2) Instituto Superior Bissaya Barreto
- 3) Instituto Superior de Educação e Trabalho
- 4) Escola Superior de Educação de Torres Novas
- 5) Instituto Superior de Educação D. Afonso III
- 6) Instituto Superior Autónomo de Estudos Politécnicos
- 7) Escola Superior de Saúde Jean Piaget/Nordeste

Alterações de estatuto (de universitário para politécnico)

- 1) ISCEM
- 2) Escola Superior de Atividades Imobiliárias
- 3) ISLA de Leiria
- 4) ISLA de Gaia
- 5) ISLA de Santarém

Fusões

- 1) Instituto Superior de Educação e Ciências e Instituto Superior Autónomo de Estudos Politécnicos
- 2) Instituto Politécnico Jean Piaget do Norte
- 3) Instituto Politécnico Jean Piaget do Sul
- 4) Instituto Politécnico da Lusofonia (Escola Superior de Saúde Ribeiro Sanches, Escola Superior de Educação Almeida Garrett, Instituto Superior de Novas Profissões, Instituto Superior Politécnico do Oeste).

Além disso, na sequência de um relatório da A3ES, o Secretário de Estado do Ensino Superior assinou, em 26 de setembro de 2015, um despacho determinando uma análise detalhada da situação das instituições de ensino superior privadas que devido ao número muito reduzido de estudantes inscritos em ciclos de estudos conferentes de grau, quer pela primeira vez, quer no total, possam indiciar uma situação de degradação pedagógica resultante da ausência de recursos financeiros para manter a ministração do ensino por um corpo docente próprio com qualificação adequada. O atual governo manteve esta orientação e a Direção Geral do Ensino Superior fez um levantamento onde se detetaram xx instituições abrangidas pelo referido despacho, em relação está a decorrer uma análise das condições de funcionamento.

Foram já concluídos xx processos até xx.xx.xx, tendo-se verificado um percentagem muito significativa de casos em que se registam problemas quanto à sustentabilidade financeira, à composição e qualificação do corpo docente e, muito em especial, em relação à estabilidade contratual do corpo docente, situação que parece ser transversal em relação à maioria das instituições de ensino superior privado.

A A3ES tem vindo a acompanhar estes desenvolvimentos e a devido tempo elaborará um relatório com as conclusões principais quanto ao cumprimento das condições necessárias à oferta de ensino com um mínimo de qualidade.

10. O RELATÓRIO DO CONSELHO CIENTÍFICO

Realizou-se, a 26-27 de outubro, a sexta reunião do Conselho Científico a qual versou, essencialmente, sobre a análise da proposta de Plano de Atividades para 2016. O Conselho Científico analisou as principais dificuldades e desafios que se colocam à A3ES no futuro e que são salientados no Plano de Atividades e considerou que a A3ES se destacava entre as agências Europeias de qualidade.

No relatório o Conselho Científico refere com um dos principais desafios o lançamento de uma nova fase do sistema englobando, simultaneamente, a acreditação de cursos e a acreditação institucional, o qual é tornado mais complexo pelo facto de apenas uma pequena percentagem de instituições de ensino superior ter sistemas internos de garantia da qualidade certificados.

O segundo desafio consiste no papel da A3ES como fonte de informação sobre a qualidade do ensino superior em Portugal e a necessidade de fazer chegar essa informação ao público em geral.

Em seguida o Conselho Científico faz diversas recomendações vindo ao encontro das preocupações expressas pela A3ES. A primeira recomendação aborda a

questão das alterações recentes aos European Standards and Guidelines que introduzem um modelo rígido para a elaboração dos relatórios de avaliação que não tem em consideração as diferenças muito substanciais entre os sistemas dos diversos países. Entre as sugestões feitas destacam-se:

- a) Considerar não ser necessário que todos os relatórios sejam dirigidos ao público em geral, tendo em conta o desenvolvimento dos sistemas internos das instituições.
- b) A exigência futura dos ESG de inclusão de uma “descrição do contexto” em cada relatório poderia ser respondida incluindo esta descrição (breve) no relatório de autoavaliação.
- c) A elaboração de relatórios resumidos por áreas avaliadas, sendo dados como exemplos os relatórios elaborados pelo VSNU holandês e os “College Scorecards” elaborados pelo Departamento de Educação dos Estados Unidos.
- d) A utilização dos “índices de maturidade” semelhantes aos utilizados no sistema de Hong Kong, como forma de promover o desenvolvimento dos sistemas internos de garantia da qualidade.
- e) A manutenção dum sistema de informação essencialmente baseado numa plataforma eletrónica.

Quanto à acreditação de propostas de novos ciclos de estudos na área das Medicinas não convencionais sugerem a utilização de peritos estrangeiros, nomeadamente dos países nórdicos.

No que diz respeito a avançar para um sistema de “lighter touch” com utilização da certificação dos sistemas internos de garantia da qualidade o Conselho Científico manifesta a sua concordância e sugere diversas medidas para fomentar a adesão das instituições:

- a) A já mencionada utilização dos “índices de maturidade” para estimular os pedidos de certificação de sistemas internos de garantia da qualidade.
- b) Utilizar os resultados dos sistemas já certificados para produzir um relatório de síntese para auxiliar as outras instituições a desenvolver os seus sistemas.
- c) Indicar a existência de publicações dos U.S. em que se analisaram questões de implementação de sistemas internos e que se revelaram úteis.
- d) Promover uma conferência especificamente dirigida às instituições com apresentação de estudos de caso.
- e) Promover uma conferência sobre “learning outcomes” na qual se possam discutir resultados da investigação promovida pela agência nesta matéria, bem como resultados internacionais.

Finalmente o Conselho Científico abordou a questão da difusão da informação e a melhor forma de a divulgar a pais e alunos, bem como criar informação útil para as decisões políticas sobre o sistema. O Conselho manifestou a sua concordância com a iniciativa de publicação dos relatórios síntese sobre as áreas já avaliadas.

11. PUBLICAÇÕES

ARTIGOS EM REVISTAS INTERNACIONAIS

- Veiga, A., & Neave, G. (2015). Managing the dynamics of the Bologna reforms. How institutional actors re-construct the policy Framework. *Education Policy Analysis Archives*, 23(59).
- Veiga, A., Magalhães, A. and Amaral, A. (2015). Differentiated Integration and the Bologna Process. *Journal of Contemporary European Research*. 11 (1), pp. 84-102.
- Tavares, O., Sin, C., Amaral, A. (2015) Internal Quality Assurance systems in Portugal: what their strengths and weaknesses reveal about quality cultures, *Assessment and Evaluation in Higher Education*. Doi: 10.1080/02602938.2015.1064515.
- Amaral, A., Tavares, O., Cardoso, S. Sin, C. (2015). Shifting Institutional Boundaries Through Cross Border Higher Education. *Journal of Studies in International Education* (DOI: 10.1177/1028315315587108).
- Cardoso, S., Tavares, O., Sin, C. (2015) The quality of teaching staff: higher education institutions' compliance with the European Standards and Guidelines for Quality Assurance – the case of Portugal, *Educational Assessment Evaluation and Accountability*, 27 (3), 205-222. DOI:10.1007/s11092-015-9211-z
- Tavares, O. Cardoso, S., Carvalho, T., Sousa, S., Santiago, R. (2015) Academic inbreeding in Portuguese Academia. *Higher Education*. 69: 991–1006 DOI 10.1007/s10734-014-9818-x.
- Machado-Taylor, M. L. & Leitão, J. (forthcoming). Corporate Social Responsibility and the Participation of Women in Economic Growth. *Women and Sustainable Business* Routledge, Taylor & Francis Group.
- Gregory, D. E., & Machado-Taylor, M.L. (2015). Perspectives on higher education accreditation from Portugal and the United States: An evolving process. *International Journal for Cross-Disciplinary Subjects in Education (IJCDSE)*, 6(3), 2232-2241.
- Cerdeira, L; Machado-Taylor, M. L.; Cabrito, B. ; Patrocinio, T; (2015). The Impact of Cost-Sharing on Accessibility and Equity in Portuguese Higher Education – Recent Trends. *Journal of European Higher Education Area*, N.º 4. RAABE. Pp. 39-62
- Pereira, C., Araujo, J.F., & Machado-Taylor, M.L. (2015). Accreditation of higher education in practice: Portugal and Brazil. *Conhecimento & Diversidade*, nº 13, p.

28-39.

- Lopes, J.T., Ganga, R., Gomes, R., Vaz, H., Cerdeira, L., Cabrito, B., Magalhães, D., Machado-Taylor, M.L., Peixoto, P., Brites, R., Silva S., & Patrocínio, T. (2015). Socialização e percursos (e)migratórios em Portugal: Uma análise a partir de retratos sociológicos, *Revista Cadernos de Educação*, 51, 1-21.
- Pereira, C., Araujo, J.F., & Machado-Taylor, M.L. (2015). Acreditação do ensino superior na Europa e Brasil: mecanismos de garantia da qualidade. *Revista de Políticas Públicas (RPP)*, 61-75.
- Cabrito, B., Cerdeira, L., Machado-Taylor, M.L., & Patrocínio, T. (2015). Brain drain and dependency: The Portuguese case. *Indian Journal of Research*.
- Sousa, D.; P. B.; Machado-Taylor, M.L.; Rocha, Lamara L V. (2015) Impact of Accreditation Programs and Quality Management in Public and Private Hospitals in Brazil and in the World: Study of Integrative Review. *Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research – BJSCR*. Vol.13, n.4, pp.122-152.
- Cerdeira, L., Cabrito, B., Machado-Taylor, M.L., & Gomes, R. (2015). A fuga de cérebros em Portugal: Hipóteses explicativas, (2015). *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, vol. 31, n.º 2. Pp. 408-419.
- Cerdeira L., Machado-Taylor M.L, Patrocínio T., Cabrito B. (2015). Exportar” mão-de-obra qualificada a custo zero: quanto perde Portugal com a “fuga de cérebros?. *Revista Educação em Questão*, Natal, vol.53, n.39, set/dez, pp.45-75.
- Gomes, V.; Machado-Taylor, M.L., Saraiva, E; Santos, C.M. (2015) A Estratégia como prática nas Instituições de Ensino Superior. *Evidência*, Araxá, v. 11, n. 11, p. 115-126, 2015.
- Cerdeira, L., Machado-Taylor, M.L., Cabrito, B., Patrocínio, T., Brites, R., Gomes, R., Teixeira Lopes, J., Vaz, H., Peixoto, P., Magalhães, D., Silva, S., & Ganga, R. (Forthcoming). Brain drain and the disenchantment of being a higher education student in Portugal. *Journal of Higher Education Policy and Management*.
- Carvalho, T., White, K., O’Connor, P., & Machado, L. (forthcoming). Continuity amongst change? A cross national study of gender and higher education. *Gender in Management: An International Journal*.
- Santiago, R., Carvalho, T. And Cardoso, S. (2015). Portuguese academics perceptions on HEIs governance and management: A generational perspective, *Studies in Higher Education*, Special Issue: Generational Change and Academic Work, 1-15. DOI: 10.1080/03075079.2015.1060709.

- Cardoso, S., Rosa, M.J. and Stensaker, B. (2015). Why quality in Higher Education Institutions is not achieved? The view of academics, Assessment and Evaluation in Higher Education. DOI: 10.1080/02602938.2015.1052775.
- Teixeira, P., Cardoso, S., Rosa, M. & Magalhães, A. (2015). Graduates' perceptions about labour market competences: Does the type of Institution and programme make a difference? Higher Education Policy, pp. 1-21. DOI 10.1057/hep.2015.5.

CAPÍTULOS EM LIVROS INTERNACIONAIS

- O'Connor, P., Carvalho, T., Vabø, A. & Cardoso, S. (2015). Gender in higher education: A critical review. In Jeroen Huisman, Harry de Boer, David Dill & Manuel Souto-Otero (Eds.), *The Palgrave International Handbook of Higher Education Policy and Governance* (Chapter 30). Palgrave Macmillan.
- Machado-Taylor, M. L., Gomes, R., Teixeira Lopes, J., Cerdeira, L., & Vaz, H. (forthcoming). A gender approach in brain drain: the new labour precariousness of highly skilled Portuguese women. In *Places and belongings: Mobility and family relations in transnational space*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing.
- Santiago, R.; Carvalho, T.; Sousa, S.; Dias, D. And Machado Taylor (forthcoming). Academics professional characteristics and trajectories. In J.F. Galaz-Fontes et al. (eds.), *Biographies and Careers throughout Academic Life, The Changing Academy – The Changing Academic Profession in International Comparative Perspective 16*, Dordrecht: Springer. DOI 10.1007/978-3-319-27493-5_10
- Magalhães, A., Veiga, A. (2015). “The narrative approach in higher education research”, in Tight, M. e Huisman, J. (orgs.), *Theory and Method in Higher Education Research*, Volume 1. London: Emerald, pp. 311-331.
- Veiga, A., Magalhães, A., e Amaral, A. (2015). “From collegial governance to boardism: reconfiguring governance in higher education”, in Huisman, J., de Boer, H., Dill, D. e Souto-Otero, M. (Orgs.), *The Palgrave International Handbook of Higher Education Policy and Governance*. London: Palgrave Macmillan, pp. 398-416.
- Diogo, S., Carvalho, T. and Amaral, A. (2015). Institutionalism and Organizational Change. In Huisman, J., de Boer, H., Dill, D. And Souto-Otero, M. (Eds.), *The Palgrave Handbook of Higher Education Policy and Governance*. London: Palgrave, pp. 114-131.

ARTIGOS EM REVISTAS NACIONAIS

- Brites, R.; Machado, M. L.; Brites Ferreira, J.; M., “Job Satisfaction and Changes in Workplace: The Case of Academic Staff in Portuguese Higher Education”, (2015) *Coimbra Business Review*, Vol. I, nº 1, 27-35.
- White, K., & Machado, L. (forthcoming). Gender and non-typical academic careers, *Ex aequo*, APEM (Portuguese Women Studies Association)
- Veiga, A. (2015). Análise do sistema de ensino após o processo de Bolonha, in Maria de Lurdes Rodrigues e Manuel Heitor (Orgs.), *40 Anos de Políticas de Ciência e de Ensino Superior*. Lisboa: Almedina, pp. 591-606.

CAPÍTULOS EM LIVROS NACIONAIS

- Tavares, O. (2015) “Acesso ao Ensino Superior: as preferências e a consistência das escolhas dos estudantes”. In *Acesso ao Ensino Superior: desafios para o Século XXI*, Lisboa: PublicaçõesCNE.
- Tavares, O. Sá, C. (2015). “As escolhas dos estudantes no acesso ao ensino superior: Preferências, mobilidade geográfica e consistência” in *Estado da Educação 2014*, Lisboa: CNE – Conselho Nacional de Educação, 346-355. ISBN 978-972-8360-91-7
- Amaral, A., Tavares, O. (2015). “Bases da Organização do sistema: diversidade, acesso e equidade”. In Rodrigues, M. L., and Heitor, M. (Orgs.), *40 Anos de Políticas de Ciência e de Ensino Superior*, Coimbra: Almedina.
- Veiga, A. (2015). Análise do sistema de ensino após o processo de Bolonha, in Maria de Lurdes Rodrigues e Manuel Heitor (Orgs.), *40 Anos de Políticas de Ciência e de Ensino Superior*. Lisboa: Almedina, pp. 591-606.
- Gomes, R.M. (coordenador); Lopes; J. T.; Vaz; H.; Cerdeira; L.; Ganga; R. ; Machado, M. L.; Magalhães, D. ; Cabrito, B.; Patrocínio, T; Silva; S.; Brites; R.; Peixoto, P. (2015). *Fuga de Cérebros – Retratos da emigração portuguesa qualificada*, Lisboa, Bertrand Editora, ISBN: 978-989-26-1067-2.
- Gomes, R. M. (coordenador); Lopes; J. T.; Vaz; H.; Cerdeira; L.; Peixoto, P.; Ganga; R. ; Silva; S.; Machado, M. L.; Silva, J. P.; Brites; R.; Magalhães, D. ; Patrocínio, T; Cabrito, B.; (2015). *Entre a Periferia e o Centro – Percursos de emigrantes portugueses qualificados*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra. ISBN: 978-972-25-3100-9. ISBN Digital: 978-989-26-1068-9.

LIVROS INTERNACIONAIS

Foram entregues na Palgrave-MacMillan os manuscritos dos livros que serão publicados em 2016:

- Sin, C., Veiga, A. and Amaral, A., *European Policy Implementation and Higher Education. Analysing the Bologna Process*. New York: Palgrave Macmillan (May 2016)
- Rosa, M. J., Sarrico, C., Tavares, O., Amaral, A., *Cross-Border Higher Education and Quality Assurance. Commerce, the Service Directive and Governing Higher Education*, New York: Palgrave Macmillan. (June/July 2016)

CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS

- Country Seminar on automatic recognition Portugal, a convite do Ministério da Educação flamengo. 15 de setembro, Bruxelas (Amélia Veiga).
- Conferência Geral do European Consortium for Political Research (ECPR), com a comunicação *“How are National Level Actors Enacting the Ideational Component of European Governance – The Portuguese Case?”*, elaborada em parceria com António M. Magalhães. 26 a 29 de agosto, Universidade de Montréal, Canadá (Amélia Veiga).
- Policy seminar on the impact and future of the Bologna process – the significance of the EHEA for higher education in Flanders. 16 de março, Ghent (Amélia Veiga)
- Peer Learning Activity on new approaches to quality assurance in the ASEM countries. 19 a 20 de fevereiro, Bruxelas (Amélia Veiga).
- 10th European Quality Assurance Forum (EQAF), with the paper *“Accreditation outcomes 2010-2015: which 19 subprojec fall short of expectations and why”*. 19 a 21 novembro, London, (Cristina Sin, Orlanda Tavares and Alberto Amaral).
- 37th Annual EAIR Forum, with the communication *“Academic Inbreeding in Portuguese Islands: does insularity play a role?”*, 29 agosto a 2 de setembro, Krems, Austria (Orlanda Tavares, Vasco Lança and Alberto Amaral).
- 37th Annual EAIR Forum, with the communication *“Portugal: shaping student mobility, grappling with adversity”*, 29 agosto a 2 de setembro, Krems, Austria (Cristina Sin, Orlanda Tavares, and Guy Neave).
- 37th Annual EAIR Forum, with the communication *“The Academic Career: Policy Makers’ Perspectives”*, 29 agosto a 2 de setembro, Krems, Austria (Machado-Taylor, M. L., Brites Ferreira, J).
- 37th Annual EAIR Forum, with the communication *“Portuguese higher education financing: Stakeholders’ perceptions”*, 29 agosto a 2 de setembro, Krems, Austria (Cerqueira, L., Machado-Taylor, M. L., Cabrito B., Patrocínio T).

- 28th CHER Annual Conference, with the communication “The value of first-degrees in Portugal from an employability perspective”, 7-9 setembro, Lisboa (Cristina Sin, Orlanda Tavares, Alberto Amaral).
- 28th CHER Annual Conference, with the communication “Internal Quality Assurance Systems in Portugal: what their strengths and weaknesses reveal,” 7-9 setembro, Lisboa, (Orlanda Tavares, Cristina Sin and Alberto Amaral).
- 28th CHER Annual Conference, with the poster “Higher Education Choices in Portugal: the role of consistency”, 7-9 setembro, Lisboa (Carla Sá and Orlanda Tavares).
- 28th CHER Annual Conference, with the communication “On the road to regaining trust? The development of internal quality assurance systems in Portuguese higher education institutions” 7-9 setembro, Lisboa, (Cardoso, S., Rosa, MJ and Videira, P.).
- ISA Interim Meeting, with communication “From geographic mobility to socio-economic mobility: projects, routes and pathways on the move”, 19-21 março, Università Cattolica Del Scaro Cuore, Milano (Machado-Taylor M-L, Lopes J. T., Magalhães D.)
- ISA Interim Meeting, with communication “Two faces of the same coin? The role of academic training in the identity of nutritionists and dieticians”, 19-21 março, Università Cattolica Del Scaro Cuore, Milano (Cardoso, S., Caeiro, A. e Pedro, T.)
- 17th Annual International Conference on Education, with communication “Comparison of the Academics Role in Accreditation Methods of Higher Education Institutions in Portugal (Europe) and the US”, 18-21 maio, Atenas (Machado-Taylor, M. L., Gregory, D.)
- 17th Annual International Conference on Education, with communication “Brain Drain, Mobility and Emigration of High Skilled Professionals from Portugal to Europe”, 18-21 maio, Atenas (Cerdeira L., Machado-Taylor M-L, Cabrito B., Brites R., Patrocínio T., Gomes R., Lopes J.T., Magalhães D., Vaz H., Peixoto P., Ganga R., Silva S.)
- 13th Annual International Conference on Politics & International Affairs, with communication “The Assessment of Higher Education Programs: A comparison of the American and Portuguese Models”, 15-18 junho, Atenas (Machado-Taylor, M. L., Gregory, D.)

- IFKAD, com a comunicação “The Building of Strategies in Higher Education Institutions”, 10-12 junho, Bari (Gomes, V.; Machado-Taylor, M.L., Saraiva, E.; Santos, C.M.).
- IFKAD, com a comunicação “Brain Drain: Who Wins? Who Loses? The case of Portugal”, 10-12 junho, Bari (Cerdeira L., Machado-Taylor M-L, Cabrito B., Brites R., Patrocínio T., Gomes R., Lopes J.T., Magalhães D., Vaz H., Peixoto P., Ganga R., Silva S.)
- INTED2015, 9th International Technology, Education and Development Conference, com a comunicação “The Evolution of Higher Education in Portugal: The Expansion and Regionalization over the Last Decades”, 2-4 março, Madrid (Cerdeira L., Patrocínio T, Cabrito B., Machado-Taylor M.L.)
- ASEM-Education Process Peer learning activity on new approaches to quality assurance in the ASEM countries, Brussels, Université Saint-Louis, 19-20 fevereiro (Sónia Cardoso).
- CHEA 2015 Annual Conference ‘Change, Challenge and Accreditation’, CHEA, Capital Hilton Hotel, Washington, DC, 26-28 janeiro (Sónia Cardoso, Alberto Amaral).
- CHEA International Quality Group Annual Meeting ‘Quality Assurance: Whose Responsibility?’ CHEA, Capital Hilton Hotel, Washington, DC, 28-29 Janeiro (Sónia Cardoso, Alberto Amaral)
- YOK Conference, com a comunicação “Establishing an External Quality Assurance System: options, challenges, solutions”, 5-7 maio, Ankara (Alberto Amaral)
- The Islamic World QA Workshop, com a comunicação “Differentiated Integration and the Bologna Process: Implementation and convergence problems”, 28-29 maio, Kyrenie, Chipre (Alberto Amaral).
- Conferência Plenária “Avaliação, Gestão e Governança. Implementação de sistemas de gestão da qualidade em Instituições de Ensino Superior”, 23 de setembro, Universidade de Passo Fundo, Brasil (Alberto Amaral)
- XXII Congresso SEDEM, III Reunião Hisoano Portuguesa de Educação Médica, com a comunicação “Sistemas de Avaliação da Qualidade em Medicina”, 28-30 de outubro, Múrcia (Alberto Amaral)
- Conference on Quality Assurance of Cross-Border Higher Education, presentation “Quality Assurance of Cross-Border Higher Education: UFP a study case”, 5-6 november, Paris (Alberto Amaral)

CONFERÊNCIAS E SEMINÁRIOS DE DIVULGAÇÃO EM PORTUGAL (ordenei por datas)

- Workshop de preparação do processo de auditoria de sistemas internos de garantia da qualidade ASIGQ 2015, A3ES, Lisboa, 21 de janeiro. Apresentação: *Sistematização dos critérios de análise* (Sérgio Santos).
- 1º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa, com a comunicação “Acreditação do ensino superior na Europa e Brasil: mecanismos de garantia da qualidade” 1 a 5 de fevereiro, Universidade Nova de Lisboa (Pereira, C., Araujo, J.F., & Machado-Taylor, M.L.)
- Universidade Portucalense, Seminário preparatório do processo de aplicação do modelo de auditoria, 18 de fevereiro. Apresentação: *Sistemas Internos de Garantia da Qualidade: O Processo de Auditoria da A3ES – Enquadramento, objetivos e desafios*. (Sérgio Santos).
- Places and Belongings: Gender and Family Relations in Transnational Space Conference, com a comunicação “Gender disparities on Brain Drain” 19-20 fevereiro, ICS (Machado-Taylor M-L, Gomes R., Lopes J.T., Cerdeira L., Cabrito B., Brites R., Patrocínio T., Magalhães D., Vaz H., Peixoto P., Ganga R., Silva S.).
- Workshop “Os Sistemas Integrados de Informação e Gestão” promovido pela SEES, com a comunicação “Sistemas Internos de Garantia da Qualidade nas Instituições de Ensino Superior – Referenciais para os Sistemas de Informação”, 26 de fevereiro, Lisboa (Sérgio Santos).
- Instituto de Estudos Superiores Militares, Seminário preparatório do processo de aplicação do modelo de auditoria, 17 de março. Apresentação: *Sistemas Internos de Garantia da Qualidade: O Processo de Auditoria da A3ES – Enquadramento, objetivos e desafios* (Sérgio Santos).
- Universidade Europeia, Seminário preparatório do processo de aplicação do modelo de auditoria, 17 de março. Apresentação: *Sistemas Internos de Garantia da Qualidade: O Processo de Auditoria da A3ES – Enquadramento, objetivos e desafios* (Sérgio Santos).
- Auditoria de Sistemas Internos de Garantia da Qualidade – Enquadramento, princípios e objetivos, 18 de março, ESAD – Escola Superior de Artes e Design (Sérgio Santos).

- Auditoria de Sistemas Internos de Garantia da Qualidade – Devolver às IES a Responsabilidade pela Qualidade, 27 de março, Instituto Politécnico de Setúbal (Sérgio Santos).
- Seminário “Acesso ao Ensino Superior: Desafios para o Século XXI”, CNE (Conselho Nacional de Educação), com a comunicação “Acesso ao Ensino Superior: as preferências e as escolhas dos estudantes”, 7 de abril, Universidade de Évora (Orlanda Tavares).
- Seminário “Acesso ao Ensino Superior: Desafios para o Século XXI”, CNE (Conselho Nacional de Educação), com a comunicação “Acesso ao Ensino Superior: demografia e evolução da procura”, 7 de abril, Universidade de Évora (Alberto Amaral).
- Estratégias Nacionais de Planeamento do Ensino Superior: Políticas e Tendências, 18 de junho, Universidade de Lisboa (Alberto Amaral)
- Congresso “O Ensino Superior pós-Bolonha. Tempo de balanço, tempo de mudança”, com a comunicação “From quality as a policy to quality as politics – Is quality a value or are quality policies ‘ends’ on their own?” 5 de novembro, Universidade de Coimbra (Amélia Veiga).
- 5.ª Conferência do Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa (FORGES) com a comunicação “O impacto da crise financeira no ensino superior em Portugal: A visão das instituições e dos estudantes”, 18,19, 20 de novembro, Universidade de Coimbra (Cerdeira L., Machado-Taylor M.L. Cabrito B., Patrocínio T.).
- 5.ª Conferência do Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa (FORGES) com a comunicação “O investimento perdido com a Emigração Qualificada. Quanto perde Portugal com a fuga de diplomados do Ensino superior?”, 18,19, 20 de novembro, Universidade de Coimbra (Cerdeira L., Machado-Taylor M.L. Cabrito B., Patrocínio T.).
- 5.ª Conferência do Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa (FORGES) com a comunicação “Auditoria de Sistemas Internos de Garantia da Qualidade – Enquadramento, princípios e objetivos”, 19 de novembro, Universidade de Coimbra (Sérgio Santos).
- III Jornadas Farmacêuticas da Universidade do Algarve – Qualidade e Diversidade, com a comunicação “Da governação à reconfiguração das políticas de ensino superior”, 3 e 4 de dezembro 2015, Universidade do Algarve, Faro (Amélia Veiga).
-

PROJECTOS COM PARTICIPAÇÃO DA A3ES

- Global Challenges, National Initiatives and Institutional Responses – Mapping the Transformations of Portuguese Higher Education Institutions at the Dawn of the Twentieth-First Century (GLONATINS). Excellence Research Project of CIPES financed by FCT (ref. EXCL/IVC-PEC/0789/2012). (Amélia Veiga, Orlanda Tavares, Sónia Cardoso).
- ENQA Working group on 24ubprojec Quality Assurance estabelecido em Abril de 2012. Coordenação da equipa responsável por coligir as práticas de avaliação de impacto existentes nas Agências de avaliação que integram o grupo de trabalho. Produção do documento de trabalho que pretendeu dar resposta às seguintes questões: What are the (good) practices developed by QA agencies to assess the 24ubprojec external quality assessment? How do quality agencies know that what they are doing has an impact? (Amélia Veiga).
- Coordenação de um subprojecto internacional no âmbito da linha da Governação no projeto de Excelência (EXCL/IVC-PEC/0789/2012). O 24 ubprojecto é de âmbito comparativo e visa a caracterização dos membros dos Conselhos Gerais nas universidades de Portugal e da Dinamarca.
- Projeto “Padrões de mobilidade dos estudantes do ensino superior”, financiado pela A3ES (Agency for assessment and accreditation of higher education) (Orlanda Tavares, Sónia Cardoso).
- Projeto “ACESSO, SUCESSO E INSUCESSO: PER...cursos estudantis no Ensino Superior Público”, financiado pela A3ES (Agency for assessment and accreditation of higher education) (Orlanda Tavares).
- Projeto Êxodo de Competências e Mobilidade Académica de Portugal para a Europa”, Projeto PTDC/IVC-PEC/5049/2012 financiado pela FCT (Lourdes Machado).
- Projeto WHEM – Women in Higher Education Management, integra estudos nacionais nos seguintes países: Australia, Finland, Ireland, New Zealand, Portugal, South Africa, Sweden, Turkey and United Kingdom (Lourdes Machado).
- Projeto “The Impact of Different Cost-Sharing Models on Effectiveness, Efficiency and Equity in Higher Education” para a European Commission: Directorate-General for Education and Culture. Proposto pelo Transatlantic Consortium on Higher Education Research. Tem por objetivo dar à Comissão Europeia uma avaliação da influência do “cost-sharing” sobre as instituições de ensino superior e os seus alunos. Usando estudos de caso procede-se a uma análise da relação

entre o grau de “cost-sharing” e os padrões de participação, a diversidade, qualidade e relevância do ensino e a eficiência do sistema. Inclui nove países: Austria, England, Finland, Germany, Hungary, Poland, Portugal, Canada and South Korea. Publicações: European Commission (2014). “Do changes in cost-sharing have an impact on the behaviour of students and higher education institutions? Vol. I, II, ISBN 978-92-79-38181-2; ISBN 978-92-79-38180-5” (Lourdes Machado).

- Percepções dos académicos sobre a carreira académica – um estudo do CIPES e A3ES com a colaboração do SNESUP.

12. NOTA FINAL

A Agência tem prosseguido o trabalho que se comprometeu a realizar, de acordo com a legislação, as recomendações dos seus Conselhos (Curadores, Consultivo e Científico) e os resultados das inúmeras reuniões que são mantidas com os representantes de todas as instituições.

A Agência tem procurado manter as características que lhe conferem um carácter inovador no panorama internacional de avaliação e garantia da qualidade: uma estrutura de pessoal pequena mas eficiente, a existência de um sector de análise e investigação reconhecido internacionalmente pelas suas publicações e a utilização generalizada de uma plataforma eletrónica muito eficiente. Aliás a plataforma tem vindo a despertar a atenção a nível internacional tendo as autoridades de Macau estado analisar a possibilidade da sua utilização na avaliação de cursos.

A Agência tem continuado a produzir cerca de 1000 relatórios de avaliação por ano com uma estrutura de pessoal limitada, pelo que as recentes alterações dos European Standards and Guidelines (ESG) poderão criar dificuldades adicionais ao definir um mesmo modelo de relatório de avaliação para todas as situações. As sugestões do Conselho Científico a este propósito são, por isso, particularmente úteis.

A Agência deu cumprimento à sugestão de melhorar a sua visibilidade externa com o início da publicação, para cada uma das áreas científicas avaliadas, um documento síntese a divulgar pelas instituições de ensino superior e pela comunicação social. Foram produzidos, a título de experiência, os documentos relativos a Engenharia Civil, Psicologia e Arquitetura, os quais incluem uma visão de cada área e da sua evolução nos últimos anos. Estão já para publicação os relatórios de 15 novas áreas. Esta iniciativa mereceu igualmente a aprovação do Conselho Científico e poderá ser um dos meios para responder às novas exigências dos ESG..

Tem sido possível melhorar a colaboração com organismos ligados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, incluindo a Direção Geral do Ensino

Superior, a Fundação para a Ciência e Tecnologia, a Direção Geral de Estatísticas de Educação e Ciência e a Inspeção Geral de Ensino e Ciência. Neste domínio é de salientar o trabalho em curso de verificação dos pressupostos do reconhecimento do interesse público de instituições com baixo número de alunos, trabalho que será útil para as creditações institucionais.

A Agência tem dedicado uma parte do seu trabalho a preparar a nova fase de avaliação/acreditação a iniciar em 2017, a qual incluirá um sistema menos pesado para as instituições que se salientaram pela sua qualidade e um sistema de avaliação institucional. As recomendações e sugestões feitas pelo Conselho Científico, na sua reunião anual, são particularmente importantes.

Finalmente, é possível concluir que o programa previsto para 2015 foi, no essencial, cumprido. No entanto, embora tenha sido elaborado um projeto de diploma relativo ao ensino a distância, ele não teve seguimento por parte do governo pelo que continua a não existir legislação específica para a avaliação da qualidade e creditação dos ciclos de estudos na modalidade do ensino à distância.

ANEXO

Sixth Report of the Scientific Committee to A3ES

Meeting of 26-27 October 2015

The Scientific Council hereby submits its sixth Report to A3ES, the Agency for the Evaluation and Accreditation of Higher Education in Portugal.

The Agency's Activity Plan for 2016 constituted the main point in the agenda of this year's Scientific Council meeting. Within the European Higher Education Area, A3ES is fast becoming a mature agency. Bearing this in mind, the Council takes the opportunity the Activity Report presents to set out its views and recommendations for the Agency's current and future activities. The Council reflects upon the Agency's achievements on completing the first cycle of programme accreditations and institutional assessments. It elaborates further on a number of reflections and invitations for dialogue, laid out in the detailed and informative Agency reports, which form the basis of our visit and our work. Finally, suggestions are offered as the Agency turns its attention to new activities together with a shift in evaluation methods for the years ahead.

Achievements and Acknowledgements

As several of our previous reports make clear, the Scientific Council has been duly impressed by the development of A3ES since its inception as too by the role and standing it has acquired within higher education in Portugal. The Council would single out important achievements in three areas.

First, higher education in Portugal has been through a turbulent decade, which has had substantial impact on its dynamic. Despite marked downward fluctuations in overall student numbers since 2003 and again since 2010/11, nevertheless growth in programmes may be viewed as a positive development and as a clear sign of higher education being alert to new opportunities. From the perspective of quality assurance, however, this latter development raises concern about the quality of the provision for student learning and research. Under these conditions, A3ES has taken on an important role as actor mediating in this situation. It has – through its accreditation procedures – provided a dimension both necessary and unifying to Portuguese higher education in difficult times.

Second, while quality as part of the Bologna Process has become both a central feature in European higher education and an integral part of its enhanced globalization, within Portugal academic quality assurance historically was treated in a more implicit manner. From the outset, A3ES set out to make academic quality an issue overtly explicit, which within Portugal is today more openly and critically discussed. By dint of studies insightful, research-based and covering a range of quality issues, through the conferences it organizes, and not least through its rigorous accreditation procedures, A3ES has placed quality firmly on the agenda of higher education institutions. (HEIs)

Third, quality assurance expresses the growing public interest in higher education. It reflects the concerns both of the Nation's representatives and the general public about how higher education utilizes its resources and how it imparts societal value. Public interest in higher education is positive, despite the fact that some measures have not always been conducive to the long-term development of universities and polytechnics. Translating external interest and public concern about higher education into procedures for vetting and assuring academic quality, which are viewed as legitimate and sustainable by those weighed in the balance, is delicate. In the Council's considered opinion, A3ES has been highly sensitive, capable and creative in building institutional support for the activities and actions it has launched. This, in turn, has generated trust throughout higher education in Portugal.

To the minds of some, these achievements may appear soft and difficult to measure with hard indicators. Nonetheless, they are among the most difficult accomplishments a quality assurance agency may hope to achieve. In terms both of its effectiveness and efficiency, A3ES stands out in Europe as one of the cutting-edge quality assurance agencies.

Current Challenges

While applauding A3ES' accomplishments to date, the Agency, it may be suggested, cannot rely upon previous practices alone in drawing up its future activities. Here, the Council would draw the Agency's attention to two major and future challenges.

First, the years ahead will require the introduction and rolling out of a new form of evaluation. The organizational capacity of A3ES will come under no little pressure. It will have to maintain its focus on programme accreditation while simultaneously introducing institutional assessment. Currently, A3ES is considering integrating the certification of institutional quality systems as part of institutional assessment. However, since only a few institutions have come forward and received certification for their internal systems, the launching of a new mode of evaluation, focused on academic processes as yet not fully implemented among Portuguese universities and polytechnics, poses a major challenge. Put succinctly, A3ES as an agency seeks to move from programme *accreditation* to emphasizing *institutional* responsibility for quality assurance.

A second challenge is posed by A3ES' role as a source of information on the quality of higher education in Portugal. While A3ES enjoys high legitimacy within Portuguese higher education, the general public has less knowledge about the Agency, and more importantly, about the information the Agency holds which bears on the quality of higher education. Both the Yerevan Declaration of the European Council of Ministers of Education (2015) and the recent updating of the European Standards and Guidelines (ESG) drew attention to the public responsibility of quality assurance agencies. In all likelihood, this responsibility will weigh more heavily on A3ES in the years to come. As the provider of information reliable and trustworthy, on higher education, the expectations placed on A3ES are rising and, as an additional task may well place the existing capacities of the Agency under severe strain. Since both old and new forms of evaluation are to be conducted in parallel, this situation is compounded. While much information has been gathered from the many accreditations and research projects the Agency has initiated, taking on additional

responsibility of information provision is likely to be greatly demanding in time, resources and effort.

Recommendations

Prior to examining the implications these two issues may pose for A3ES, some current and specific points our discussion raised with Agency representatives are addressed.

1. European Standards and Guidelines for Quality Assurance

The first arises from recent revisions to the European Standards and Guidelines for Quality Assurance endorsed in the Yerevan Communiqué of May 2015 and very particularly the implications it would appear to pose for existing reports and public communications from A3ES. Agency leadership takes the view that the new guidelines for public communication are overly specific and needlessly rigid, more especially so given A3ES' remit to accredit and assess both academic programmes and the processes of institutional quality assurance. Under its current mandate, A3ES publishes over 1,000 reports. Revised guidelines could add significantly to both complexities and time in bringing these publications out. The Scientific Council's review of the formal standards and guidelines formally set down at Yerevan – see Table A – might hint at greater flexibility than A3ES is prepared to credit. However, further interpretation of these guidelines by the European Network of Quality Assurance (ENQA) may well turn out to be yet more restrictive.

Table A

2.6 Reporting

Standard:

Full reports by the experts should be published, clear and accessible to the academic community, external partners and other interested individuals. If the agency takes any formal decision based on the reports, the decision should be published together with the report.

Guidelines:

The report by the experts is the basis for the institution's follow-up action of the external evaluation and it provides information to society regarding the activities of an institution. In order for the report to be used as the basis for action to be taken, it needs to be clear and concise in its structure and language and to cover

- context description (to help locate the higher education institution in its specific context);
- description of the individual procedure, including experts involved;
- evidence, analysis and findings;
- conclusions;
- features of good practice, demonstrated by the institution;
- recommendations for follow-up action.

The preparation of a summary report may be useful.

The factual accuracy of a report is improved if the institution is given the opportunity to point out errors of fact before the report is finalised.

Standards and guidelines for quality assurance in the European Higher Education Area (ESG), Approved by the Ministerial Conference in Yerevan, 14-15 May 2015, p. 16.

In the sphere of societal communication, these guidelines have been set out to ensure that QA agencies fulfill their mandate, namely, to convey accurately and unambiguously to the public how the agencies' obligation to uphold and improve academic quality is being met. Stated thus, it does not seem necessary that every report published by A3ES be expressly drafted for, or wholly addressed to, the public at large. Rather, this task is best balanced against that other mission the Agency expects to undertake in the years ahead – namely, furthering the development of systems for academic quality assurance *within* individual institutions of higher education. This is an important and strategic undertaking. For its part, the Scientific Council takes the view that this substantive point should be brought clearly and unambiguously to the attention of the Ministers of Education meeting within the Bologna Process, to their designated representatives and to ENQA. For, if one size may indeed be called upon to fit all, circumstances, as lawyers know full well, alter cases! It follows from this that A3ES publications might be tailored to meet the conditions set out below:

- Within published programme accreditation reports, a “context description” should figure as a brief account written by each institution as part of its programme submission. A3ES may wish, for instance, to set out guidance for HEIs in the form of exemplars, templates or sample outlines. The “context description” as furnished by the individual university or polytechnic would figure as appropriate in the relevant section of each accreditation report published.
- Subject reports or cluster evaluations, newly planned to summarize the insights learned from Programme Accreditations, might be treated with the view explicitly to inform the general public better. Here, it is worth taking note of an earlier and not dissimilar approach, employed by the Dutch *Vereniging van Universiteiten* (VSNU). Summary reports of subject reviews, published by the Dutch Agency, disseminated information to faculty members about instructional developments in their particular field.¹ The summary reports were generally well regarded by academic staff.
- In addition, two new types of public documentation might be considered: the first, a succinct report to the general public that concentrates on institutional quality assurance systems that have undergone evaluation. This report would rank institutional processes on a developmental basis. One example of this latter technique is the “maturity index” of QA systems, initially designed and applied by Professor William Massy to higher education in Hong Kong.² While ranking *institutions* and academic *programmes* has debatable validity, reliability, and public value, ranking *systems* of institutional quality assurance is less common. It has, at least in principle, a further advantage: namely as a potential incentive for institutions both to develop and improve their internal quality assurance processes. Second, based on data currently collected and maintained by A3ES

¹ VSNU. *Quality Assessment Made to Measure: Protocol for External Assessment of Educational PO-2007* Utrecht: 1999, VSNU.

² Massy, W.F. Graham, S.W.. & Short, P.M. *Academic Quality Work: a Handbook for Improvement*, San Francisco, CA, 2007, Jossey-Bas

report cards on institutional academic programmes might be considered as a more effective way of informing applicants to higher education about the educational characteristics and qualities of the area of study they plan to take up. “College Scorecards” produced by the US Department of Education³: or the quick-fact leaflets produced in the Netherlands⁴ may serve as useful pointers to the form such statements might assume.

- Finally, in view of the remit, activities, and public audience of A3ES, publishing exclusively via Internet those reports that have relevance for both institutions and the public at large merits serious consideration. Costs would be reduced, production time cut back, editorial corrections and revisions, facilitated.

2. Accrediting Alternative Medicine

The second issue the Scientific Council discussed related to the prospect of A3ES accrediting new and emerging academic programmes in Alternative Medicine. Identifying appropriately qualified and experienced professionals to evaluate these fields is no small task. One possibility would be to seek out faculty members from related academic programmes in other developed States, which may be more accustomed, and/or exercised in identifying parallel and comparable professional associations on an international basis. Another possibility might be to seek individuals in other developed countries as potential sources of expertise and experience. Some Scandinavian countries – notably Norway and Denmark - when evaluating or assessing other newly emerging fields, have regularly had recourse to individuals expert in academic programme design and evaluation. Included as part of external review teams, they ensure that such programmes under review are effectively well structured and dispense an educational experience that has been tested and validated.

Two Challenges in the Offing.

Other recommendations, to which the Scientific Council would draw the attention of A3ES, relate to the two challenges A3ES now faces. They were outlined earlier. These recommendations are made in the firm conviction they shall assist the Agency to think boldly and creatively about its future strategies and about the lines of action to be laid out in both.

1. Institutional Assessments

In its move towards implementing a new form of evaluation procedure – institutional assessments – A3ES’ intention is to launch an initiative that in time will bring a “lighter touch” to evaluating those universities and polytechnics, which take their responsibility for quality assurance seriously. This we both share and applaud. At present, those universities and polytechnics in Portugal, which opt to have their systems of internal quality assurance certified by A3ES, do so on a basis that is entirely voluntary. Such an approach is realistic. It respects the autonomy of HEIs. It

³ <https://collegescorecard.ed.gov/>

⁴ <http://www.studiekeuzeinformatie.nl/studieincijfers/verantwoording> (with English-language options)

takes account of the pressures they are under in adapting to an environment that is rapidly changing.

Even so, as the Council understands matters, only a minority - approximately some 15% of all HEIs - currently holds such a certificate. Options possible – and appropriate - are not lacking. Bearing in mind the established procedures and practices to which A3ES sets both store and weight, the Council would suggest priority be placed on those initiatives that set priority on stimulating and urging institutions to step forward and develop their internal systems of quality assurance. Such initiatives may mean that the first round in the institutional assessment cycle is on balance, formative. Emphasis at this juncture lies on developing the institution's potential to shape and design its own specific systems. Here, applying some form of Massy's (2007) "maturity index" might possibly be explored as a potential adjunct to this process. Amongst other options A3ES might entertain is the setting of deadlines and cut-off points by which institutions must submit their proposed internal QA-system. Incentives may be devised to reward internal QA systems able to demonstrate proven effectiveness. One powerful incentive would be to prolong the period of programme accreditations for those HEIs where certification of the institutional QA system has been granted.

Nor is this all. Securing institutional 'responsiveness' and the expeditious build-up of certified *internal* QA systems may well require that A3ES develop an explicit 'pedagogic' dimension in addition to its current regulatory perspective. There are good reasons to justify this *constat*. One of the earliest "perverse effects" that followed the setting up of external QA systems was the emergence amongst HEIs of a "culture of compliance."⁵ HEIs hastened to fulfill the "letter of the law" but often did so by contenting themselves with superficial, token or administrative changes. They avoided putting in place rigorous and effective collegial processes for upholding and improving instruction or student learning at the programme level.

Despite the carefully crafted institutional assessments A3ES conducts, such tokenism, we feel, may not be absent in Portugal, not least because for many Portuguese HEIs systems of *internal institutional* QA have little if any precedent.

In saying this, the Scientific Council is the first to pay tribute to the professional commitment, energy and initiative A3ES has constantly shown in the conferences it has called and sponsored on Academic Quality in Portugal. These conferences focused on sensitizing the higher education constituency to the appropriate framework rules of public policy, and within them on the process, procedures and criteria underwriting *external* QA. These marker events, in which some of our number participated, were the *conditio sine qua non* for firmly seating a Quality Culture in Portugal's establishments of higher learning, for advancing Academia's awareness of quality regulation in the EU and for A3ES to win international standing.

Nevertheless, it remains unclear to the Scientific Council to what extent Conferences to date have prepared Portuguese higher education for putting in place effective QA systems *internal* to the individual institution. Hence, the Council's suggestion for what was alluded to earlier as a reinforced 'pedagogic dimension' in A3ES strategy

⁵ Jacob P. Scheele, Peter A.M. Maassen & Don F Westerheijden [Eds] *To Be Continued...follow up of Quality Assurance in Higher Education*, The Hague, 1998, Elsevier/De Tijdstroom,

over the years ahead. Further publications, workshops, and conferences expressly directed at those responsible for, or working both with and in, QA *at the institutional level* cannot, the Council believes, be other than key to A3ES's accomplishing the mission that now lies before it. Further underpinning to sustain a healthy momentum in building up internally based institutional QA systems may be facilitated further by applying techniques and procedures that have been developed in other QA systems outside Portugal. Here, the Scientific Council has in mind a number of examples that might serve A3ES as 'food for thought':

- Drawing on external reviews of institutional QA systems already certified in Portugal, practices pragmatic and workable could form the basis of a synthesis report to inform and guide other institutions seeking to develop effective internal QA systems. From the UK, the series of documents "Learning from Audit", published in the early years of Academic Audit may provide a useful template.
- Publications analyzing the challenges and issues encountered at the developmental stage by institutional QA systems, which subsequently proved influential in the US, may be mentioned. For Shavelson (2010) implementing effective institutional QA systems required developing a 'culture of evidence' constructed around four key features. It was grounded in the accepted canons of scholarly inquiry. It implemented rigorous peer accountability for the quality of academic programmes. It recognized the validity of unit-level academic decision-making. It systematically identified and disseminated best practice to improve teaching and student learning in all subject fields.⁶

In principle, these same procedures would appear to apply to all academic institutions, public or private, whether university, polytechnic, or distance-learning. Similarly Massy's (2007) book on Quality Audit adapted the Hong Kong Academic Audit to US academic institutions. He also showed how institutional quality reviews may uphold the quality of both instruction and research.

- Likewise, A3ES conferences and workshops could be organized specifically to motivate and thus spur on the numbers created and the subsequent development of effective institutional QA systems. Given its intimate knowledge about QA practices elsewhere in the EU, the Agency is well placed to identify universities, polytechnics, and distance learning institutions public and private, which already have developed and implemented exemplary QA systems. Key and expert staff from the institutions thus identified could be invited to present case studies of the processes they developed at a conference targeted explicitly at A3ES member institutions.

Furthermore, the Scientific Council would urge A3ES earnestly to consider sponsoring a future conference wholly focused on the results of its own current research into assessing and assuring learning outcomes.

Learning outcomes are a critical issue for institutional QA systems, a point which Shavelson (2010) also stressed. Evidence from Norway reinforces our

⁶ Shavelson, R. J. *Measuring College Learning Responsibly: Accountability in a New Era*. Stanford, CA, 2010.

argument. There, academic staff face challenge on two fronts: improving instruction on the one hand, increasing modularization of study programmes, on the other. Focusing on learning outcomes is held by academic staff to be more constructive than time-honoured practices rooted in external quality assurance.⁷

A further conference featuring current international research on this issue should, the Scientific Council believes, be viewed as a significant step in the strategy of mobilizing higher education in Portugal for the improvement of academic quality at the institutional base.

Information Dissemination and the A3ES Data Base

The second challenge over the next few years lies in the external profiling of A3ES and, in particular, making more effective use of the information the Agency has amassed on academic quality. The Agency's current initiative of producing "meta-reports" covering whole subjects and disciplinary areas, the Council applauds wholeheartedly. As we stated earlier, in other countries such reports are valuable sources of information for the general public. They are, furthermore especially helpful for those members of academic staff responsible for maintaining and improving academic quality within academic programmes. In the years to come, public concern with issues related to academic quality, from newspapers through to those engaged in manipulating rankings, league tables and similar exercises not least, will obey a very ancient injunction: It will 'go forth and multiply.' (Genesis 1:28) The demand – and thus the need to supply - more knowledge, solid, trustworthy, current and relating both academic programmes and institutions, will follow the same trajectory.

From the outset, one of A3ES very special hallmarks is its creative and intense use of digital technology and, most markedly, the development of a highly comprehensive database, currently a vital tool for the accrediting A3ES conducts. For its part, the Scientific Council retains the impression that the database carries much information, potentially of high interest to the public at large, but is as yet largely 'un-mined'. The Council feels a case may be made for having this information more easily accessible. The value of the database as a source of 'public intelligence' is clear. Less clear, however, are the necessary adjustments to make it so, even assuming A3ES resources and time were not already fully engaged.

Yet, as our discussion noted, to make available to parents or to students applying to higher education such data as pertain to student progression rates, completion rates, graduate outcome, life-time earnings etc is no small undertaking though the point may be made that in some countries – England and Australia are noteworthy in this respect - such items are in the public domain and accessible. However, the basic dilemma remains intact: how accessible, to whom and how would the cost of "going public" be born? More to the point, by whom?

There is, however, an alternative option. It is less ambitious but no less important. It may be seen as an intermediary step to broadening public access to A3ES' data-base.

⁷ Aamodt, P. O., Frølich, N., & Stensaker, B. Learning Outcomes – A Useful Tool in Quality Assurance? Views from Academic Staff. *Paper presented at CHER 28th Annual Conference, Lisbon, Portugal, 7-9 September 2015.*

This option, if taken up, would in the opinion of the Scientific Council call for strengthened ties between A3ES and CIPES as its research arm. Knowledge about the current state of higher education is at a premium above all when new strategic priorities stand in the offing, as they do. From this perspective, A3ES will, the Council believes, render itself no small service by strengthening its research nexus to feed further into the task of policy monitoring, policy elaboration and supplying system intelligence. Second, though in a different form, such findings as research drawing on A3ES data might reveal, may be made to serve a complementary but equally weighty function. That function is to keep the public abreast and alert to the latest developments, performance and achievements of the Nation's system of higher education. This second function is no less important though whether it should be outsourced to other instances of public communication is a matter on which the Council keeps an open mind.

Conclusion

The Scientific Council expresses its deep appreciation to A3ES for the renewed opportunity to explore issues current and future that the Agency must address. As always, the exchange was open, frank and fully in keeping with the mission, goals and conduct of A3ES. It was, as expected, an exchange of high quality.

Signed:

David Dill.

Roberto Moscati.

Guy Neave.

Bjorn Stensaker.

Don Westerheijden.

ÍNDICE

1. Introdução	1
2. A Acreditação Prévia de Novos Ciclos de Estudos	1
3. O Ciclo Regular de Acreditações	4
4. O Follow-Up das Acreditações Condicionais	8
5. A Certificação dos Sistemas Internos de Garantia da Qualidade	8
6. Ações de Preparação/Aperfeiçoamento dos Membros das CAEs	9
7. A Participação dos Estudantes na Acreditação	9
8. A Garantia Interna da Qualidade na A3ES	10
9. O Relatório do Conselho Científico	11
10. A Segunda Conferência Internacional A3ES/CIPES	12
11. Publicações	12
12. Nota Final	22